

O Brasil de Capistrano de Abreu: Características de sua produção Historiográfica

Francisco José Calazans Falcon
PUC-RJ

INTRODUÇÃO

A história da História do Brasil no séc. XIX em perspectiva:
os momentos significativos

A noção de *momentos significativos* refere-se, em primeiro lugar à evidenciação de uma intenção – a “intenção de fazer história” – assim entendida como intenção de *informar* sobre o Brasil (ou sobre a América Portuguesa, durante o período colonial) e de *formar* o Brasil (somente, é claro, a partir do *segundo momento significativo* mencionado mais adiante). Assim, a intenção de *formar/informar* apresenta-se com duas características: traduz e revela as relações entre produtores de textos portadores de uma *intenção* (desde os primeiros cronistas) e seu público receptor/consumidor, sem que se possa esquecer, porém, a questão dos mecanismos e das políticas de difusão existentes (ou ausentes) em cada *momento* considerado – daí alguns deles terem permanecido como manuscritos só *descobertos* séculos mais tarde, enquanto outros puderam ser rapidamente divulgados e consumidos. A segunda característica de *formar/informar* tem a ver com aquilo que Antonio Cândido denomina de *o caráter empenhado da produção historiográfica*, isto

Conferência proferida durante o Colóquio “Capistrano de Abreu: 150 anos”, realizado em Fortaleza-CE, no Auditório Castelo Branco da UFC, entre 22 e 24 de outubro de 2003, uma promoção do NUDOC (Núcleo de Documentação Cultural) e Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

é, um empenho tal que não se constrange em eventualmente sacrificar o instrumental teórico e os pressupostos metodológicos em benefício de uma intenção maior – a de informar ou formar uma Nação.

Conforme lembra o historiador Ilmar R. de Mattos, ao trabalharmos com as noções de *intenções* e de *momentos significativos*, não devemos atribuir-lhes um sentido imanente ou meramente cronológico, uma vez que entram aí também, em linha de conta, componentes culturais múltiplos, ou seja, a “totalidade político-espiritual” mencionada por W. Benjamin.

Podemos considerar, aqui, tendo em vista os nossos objetivos, a existência de três grandes momentos significativos, nos quais os autores que melhor os representam são, na verdade, autênticos cristalizadores ou formadores de imagens empenhados em formular interpretações e propor projetos para a sociedade brasileira. Devemos então observar que sempre existem relações de continuidade e de ruptura entre um momento e outro, embora sua problemática mais geral seja a da construção/definição da Nação. Daí resulta que é a partir desse tema central que se explicitam as demais questões, as quais ora retomam/repetem o que já foi dito, ora propõem novos caminhos, diferentes ou mesmo em franca oposição a idéias supostamente consensuais.

Os três momentos significativos a considerar:

- A- O arcadismo, marcado pelo *naturalismo*;
- B- O romantismo, caracterizado pelo *indianismo*;
- C- O cientismo, ou cientificismo, identificado pelo *realismo*

Como se poderá facilmente perceber, esta classificação deixa na sombra, em aberto, um problema, o do Historicismo, ao qual pretendemos retornar mais adiante, quando tratarmos da concepção historiadora de Capistrano.

A- O momento dos Arcades. Podemos incluir aqui:

- Rocha Pita e o *mundo natural*;
- Luis dos Santos Vilhena e a visão do *viver em colônia*;
- Aires de Casal e a perspectiva de um espaço territorial brasílico;
- Roberto Southey – um olhar *estrangeiro* a sublinhar os contrastes entre uma natureza exuberante e pródiga e as deficiências ou mazelas dos povoadores aqui estabelecidos.

B- O momento dos Românticos – literatos e historiadores:

Entre os literatos, destacam-se os nomes de José de Alencar e Gonçalves Dias, enfatizando o papel do índio – um índio imaginado em termos românticos como a autêntica expressão antilusitana da Nação que se queria fundar.

No campo da historiografia, surgiu e criou raízes o mito de uma Nação formada, ou em processo de formação, a partir do entrecruzamento – ou miscigenação – de três raças com origens e características muito distintas entre si: a branca, ou europeia, a amarela, ou ameríndia, e a negra, ou africana. À frente das pesquisas e da produção historiográfica de então, encontrava-se o IHGB, fundado em 1838, em cujo âmbito de atuação vamos encontrar os trabalhos pioneiros e já muito conhecidos de Von Martius, J. Caetano da Silva e J.M. Pereira da Silva, em íntima conexão com o que se vinha publicando na Revista do IHGB. Tratava-se, em suma, de construir historicamente a Nação brasileira, ou seja, dar-lhe um passado capaz de justificar e explicar o presente e lançar perspectivas otimistas sobre o futuro.

Embora faça parte, teoricamente, desse grupo, Francisco Adolfo de Varnhagen ocupa um lugar único na historiografia brasileira, tanto pela importância da obra que produziu – a História do Brasil, em 3 volumes – como pelas fontes documentais que compulsou – descobrindo muitas delas – e pelo seu método de historiar. Talvez ninguém mais do que o próprio Capistrano, ainda no século XIX, tenha sido capaz de avaliar e reconhecer a importância de Varnhagen.

No discurso histórico de Varnhagen, a narrativa como exposição cronológica e auto-explicativa dos fatos históricos apresenta-se como *científica*, na medida em que o historiador se apóia na crítica rigorosa das fontes históricas utilizadas. A escrita da história tenta assegurar ao mesmo tempo a objetividade do historiador em relação aos acontecimentos e a representação mimética dos mesmos, tendo como pressuposto mais geral o realismo histórico.

Todavia a aparente neutralidade do historiador, diante das características supostamente objetivas do processo narrado, não é na verdade suficiente para ocultar que, para Varnhagen, a história é sempre a história do Estado e que a Nação caminha sempre a reboque da constituição/organização e da lógica inerentes a esse Estado. Assim como seu mestre por excelência – Leopold von Ranke –, Varnhagen é um romântico providencialista, apegado ao ideal de ordem e ao princípio monárquico. Na verdade, são estas vinculações ideológicas e políticas – essencialmente conservadoras – que constituem as chaves para entendermos as ênfases e as

omissões/silêncios do grande historiador, bem como para tentarmos compreender seus juízos de valor.

C- O momento da historiografia cientificista, ou cientista

Podemos trabalhar com a hipótese de que, entre os começos da década de 1870 e a de 1920, o cientificismo dominou o ambiente intelectual brasileiro, inclusive no campo da produção historiográfica. Tais limites são, como é evidente, apenas indicativos, do mesmo modo como não deixa de ser problemática a suposição subjacente respeitante à própria homogeneidade desse cientificismo. Seja como for, porém, esta não parece ser a ocasião mais adequada para uma discussão tanto dos elementos explicativo-causais do cientificismo entre nós, quanto de sua análise e interpretação, pois, há muitas diferenças entre lugares e horizontes teóricos que se situam nas origens de tais aspectos.

O cientificismo constituiu a forma, por excelência, assumida pela visão de mundo herdeira ou continuadora do Iluminismo, e se baseia na epistemologia discursiva e explicativa ancorada no modelo das ciências da natureza, isto é, nomológico por definição, em geral, chamado de *positivista* por muitos contemporâneos. Assim, a racionalidade do real, a busca de conhecimento das respectivas leis de organização e funcionamento, a exigência de tratamento dos fatos sociais como *coisas*, tal como preconizou Durkheim, caminham de par com a crença em dois princípios gerais: a evolução e o progresso.

Entretanto o cientificismo *positivista* manteve um certo diálogo com o romantismo, sobretudo em termos filosóficos. Por outro lado, não se deve ignorar que foi durante essas mesmas décadas finais do Oitocentos e as primeiras do Novecentos que surgiram sucessivas críticas e contestações, no bojo da denominada *reação anti-positivista*, onde se destaca, na esfera das ciências humanas, o *neo-historicismo germânico*, liderado por W. Dilthey.

No caso específico da historiografia brasileira desse período, no qual se situa a obra de Capistrano de Abreu, pensamos que é importante ter em mente a existência de tais questões, pois, se é verdade que, no Brasil, muitas das principais rupturas que então se processaram, no âmbito da filosofia e da literatura, tiveram como foco a questão do romantismo, existe também, subjacente, o problema das relações entre positivismo e historicismo.

Nossas possíveis indagações acerca dessas questões deveriam conduzir-nos à tentativa de contextualização dessa produção historiográfica, o que para nós significaria analisar duas questões das mais polêmicas: a

existência de uma suposta defasagem entre a produção intelectual/cultural dita *ocidental* e a sua recepção nos círculos intelectuais brasileiros; e, em segundo lugar, o exame das formas e da natureza dos conteúdos dessa recepção (com ou sem defasagem). Haveria ainda que enfocar, porém, a questão dos *lugares* sociais e institucionais da produção e circulação das próprias idéias assim recebidas.

Iniciada sob o signo da “revoada de idéias novas”, proclamada por Sílvio Romero, essa época foi uma verdadeira arena de lutas acirradas entre os defensores da tradição e do *status quo* e os partidários das concepções *modernas*, mais afinadas com o *progresso* do conhecimento e a superação de estilos e estéticas vistos como antiquados. O cientificismo, ancorado nos êxitos espetaculares das disciplinas científicas, conquista então os meios intelectuais mais inclinados à crítica e às *ciências positivas*. Há uma valorização dos novos campos do saber correspondentes às ciências do espírito – humanas e sociais. Após muitas décadas de debates metafísicos e de tertúlias acadêmico-literárias, envolvendo filosofia e teologia, literatura e direito, abrem-se perspectivas novas em direção a outras formas de pensamento essencialmente críticas e inovadoras.

É mais ou menos habitual atribuir-se ao *positivismo* o papel de verdadeiro carro-chefe do *movimento* cientificista. Convém termos em vista que, bem mais do que uma verdadeira escola ou doutrina, o cientificismo constitui uma espécie de núcleo ideológico, um tanto genérico e difuso, de concepções diferenciadas que se manifestam através de práticas discursivas muito distintas na esfera disciplinar das ciências humanas e sociais. Positivista, o cientificismo o será na medida que seja possível identificarmos uma coisa e outra – o que, a rigor, é bastante problemático. Por ora, basta-nos talvez somente ter presente que, nessa época identificada como cientificista, a crença no poder e na necessidade absoluta da racionalidade científica caminha quase sempre de par com a certeza da realidade do evolucionismo e do progresso. Para completar: um idealismo francamente dominante, ao lado de perspectivas materialistas que raramente ousam dizer o seu próprio nome – daí a freqüência do agnosticismo de muitos aliado a uma espécie de fidelidade aos valores católicos, mas não necessariamente à Igreja e à religião.

A produção historiográfica à época do cientificismo coloca não poucos problemas para nós. Pelas circunstâncias inerentes a essa produção, o discurso histórico respectivo costuma ser abordado como se fora uma espécie híbrida, ramo ou subproduto de discursos literários e sociológicos. Assim, subsumida quase sempre no movimento literário da época, a historiografia parece constituir um gênero menor, quase marginal. Talvez tal

situação possa ser explicada a partir do fato de que como manifestação de uma consciência até certo ponto inovadora acerca da natureza e objetivos do trabalho do historiador, a produção do discurso histórico estivesse então a cargo não tanto de historiadores profissionais mas, sim, de políticos, diplomatas, filósofos, cientistas sociais, literatos e juristas. Há assim um flagrante desequilíbrio entre o grupo dos historiadores e os demais: de um lado, Capistrano, seus epígonos e alguns poucos rivais; do outro, nomes como os de J.Nabuco, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Manuel Bonfim, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Paulo Prado e muitos outros.

Preocupamo-nos em buscar critérios capazes de definir e circunscrever a atividade propriamente historiadora e a identidade do historiador, numa época na qual nem a formação nem a atividade profissional parecem constituir de fato critérios significativos. Por ora, no entanto, pretendemos apenas estabelecer provisoriamente dois grupos: o dos historiadores que, como tais, eram então reconhecidos, e o dos autores de textos reconhecidos como de história, muito embora eles mesmos não se considerem historiadores ou sejam assim reconhecidos pelos contemporâneos.

CAPISTRANO DE ABREU (1853-1927)

Trajetória intelectual

João Capistrano de Abreu nasceu em Columinjuba, município de Maranguape, próximo à cidade de Fortaleza, no dia 23 de outubro de 1853. Estudou no Ateneu Cearense e no Seminário Episcopal; grande leitor, pouco aplicado aos estudos, acabou por ser reprovado nos exames preparatórios. Foi para o Recife em 1869, onde continuou a ser um mau estudante e leitor infatigável, devorando livros de geografia, história e literatura, demonstrando já então espírito crítico independente, no entender de Sílvio Romero, que ali o conheceu então. De volta ao Ceará, em 1871, obteve aprovação e, aliado a alguns intelectuais contemporâneos, fundou a *Academia Francesa*, fazendo então conferências e escrevendo artigos sobre a literatura brasileira. Suas leituras prediletas, conforme evidencia sua correspondência, eram Buckle, Taine, Comte e Spencer, além dos principais escritores portugueses e brasileiros, tendo uma especial admiração por José de Alencar a quem conheceu no Ceará.

Depois de abandonar o curso de Direito no Recife, em 1874, veio para o Rio de Janeiro, em 1875.

Empregou-se primeiro na Livraria Garnier, onde se encarregou de

escrever notas sobre os livros publicados pela Editora, e depois no Colégio Aquino, onde lecionou várias matérias e teve como discípulos Olavo Bilac, os irmãos Edmundo e Sebastião Lacerda, Raimundo Correa, Campos da Paz, Fausto Barreto. Nele permaneceu até 1879, quando foi aprovado em concurso para a Biblioteca Nacional, em primeiro lugar.¹

Em 13 de dezembro de 1877, foi publicado um artigo seu sobre José de Alencar e, em 1878, publicou, no *Jornal do Comércio*, o necrológico de Francisco Adolfo de Varnhagen, texto ainda hoje fundamental para a compreensão tanto de Varnhagen como de Capistrano. Teve participação destacada na organização do Catálogo da Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional, sob a orientação de Ramiz Galvão e a participação de João Ribeiro e Alfredo Valle Cabral. Entre 1879 e 1880, publicou, na *Gazeta de Notícias* e em *O Globo*, diversos ensaios de cunho literário e histórico. Em 1882, escreveu novo estudo sobre Varnhagen, revelando sua extraordinária capacidade crítica e expondo, ainda, uma primeira tentativa de periodização da história do Brasil, segundo J.H. Rodrigues.²

Em 1883, com a tese *Descobrimto do Brasil e seu Desenvolvimento no Século XVI*, Capistrano concorreu e obteve a cátedra do Colégio Pedro II, onde lecionou daquele mesmo ano até 1899, quando foi posto em disponibilidade, o que marcou o término da sua carreira docente.

“Desde 1881, ouvia aos domingos a leitura positivista, e sua amizade com Miguel Lemos e Teixeira Mendes o converteu à filosofia positivista, que abandona mais tarde”,³ por considerá-la uma *camisa de força*. Em 1887, foi admitido como sócio do Instituto Histórico. Na realidade, sua formação teórica positivista vinha desde os tempos de juventude em Fortaleza e no Recife, onde se forjou a sua admiração por Spencer e Buckle.

O abandono de suas convicções positivistas não aconteceu de uma hora para outra, nem foi realmente completo; daí a atitude cautelosa que se deve ter ao delimitar-lhe uma fase *cientificista* e uma outra pós-cientificista, questão esta discutida longamente por Wehling⁴ e também por Benzaquen Araújo.⁵

De qualquer forma, parece não haver muitas dúvidas quanto à sua passagem progressiva a uma fase ou perspectiva historiográfica mais voltada para uma visão culturalista, que J.H.Rodrigues preferiu chamar de *realista*. Resta-nos averiguar se tal mudança correspondeu ou não a uma autêntica viragem teórico-metodológica, ou se consistiu apenas em mudança temática. Sendo bastante conhecidas as simpatias e inclinações intelectuais de Capistrano pelos autores e cultura germânicos, fica-nos a indagação acerca das possíveis relações entre a sua concepção histórica e o historicismo.

O domínio do alemão, as traduções de Wappeus, Sellin, Kirchoff, entre outros, o conduziram a uma crescente familiaridade com a historiografia alemã, sua metodologia e seu método essencialmente crítico em relação às fontes documentais, os quais tendiam a afastá-lo dos esquematismos simplificadores.

Tudo nos leva a crer que as incessantes pesquisas e estudos realizados na Biblioteca Nacional, a leitura de Varnhagen, simultaneamente à leitura dos autores alemães, conduzem aos poucos a uma concepção *realista da História*, bastante próxima, pensamos nós, de uma visão historicista.⁶

Na esteira dos grandes mestres alemães, empenhou-se Capistrano em pesquisar, criticar e publicar documentos históricos, convencido, cada vez mais, de que importava mesmo interpretar e compreender os textos antigos. Foi o que ele fez em relação aos textos de Cardim, Anchieta, Nóbrega, e à História do Brasil de Frei Vicente do Salvador. Reunidos e publicados nos volumes dos *Ensaio*s, num total de 4 volumes, esses trabalhos de Capistrano formam um riquíssimo manancial acerca da perspectiva historiográfica por ele posta em prática.

Não nos cabe aqui empreender a análise das obras de Capistrano. Basta-nos talvez ter presente que sua concepção historiográfica e as suas ambições de historiador variaram bastante desde a primeira, de 1874, ainda no Ceará, inspirada em Buckle e Spencer. Como revelou a Rio Branco, em 1890, seu projeto agora era o de escrever uma história do Brasil “modesta, a grandes traços e largas malhas até 1807”. Seu projeto de escrever essa nova história não se divorciava de outro – o de superar Varnhagen. Pretendia reunir muita coisa ainda esparsa, encadear melhor determinados fatos e destacar aspectos até então menosprezados: “Parece-me que poderei dizer algumas coisas novas e pelo menos quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II são ainda hoje a base do nosso ensino”.⁷

Sempre com os olhos postos na obra de Varnhagen, com a preparação da 3ª edição da *História Geral do Brasil*, Capistrano declara, em 1903, sua intenção de fazer acompanhar cada volume de uma introdução de cem páginas. Assim, suas grandes ambições de produzir uma História do Brasil ficaram reduzidas aos *Capítulos de História Colonial*, cuja publicação, em 1907, coincidiu praticamente com a da nova edição do Volume I da História do Brasil de Varnhagen, por ele preparada. Ainda em 1899, havia ele publicado os *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, um ensaio que, na opinião de J.H.Rodrigues, *renovou todo o método e o espírito da historiografia brasileira*.⁸

Quando se visualiza a obra de Capistrano como um todo, é quase

impossível não estabelecer algum tipo de comparação entre seus começos, plenos de projetos ambiciosamente críticos com relação às idéias e obras então dominantes no cenário intelectual, e as progressivas mudanças que se viu forçado a introduzir naqueles projetos iniciais, a tal ponto que se poderia mesmo pensar que ele ficou bastante aquém das expectativas – tanto suas quanto dos contemporâneos. Trata-se aqui de uma questão que volta e meia retorna nas biografias e estudos historiográficos: a idéia da modéstia do seu espólio literário, a suposição de que sua contribuição poderia ter sido bem maior do que realmente foi, e assim por diante. Aliás, ele mesmo parece dar razão aos seus críticos quando declara: *Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte e fui punido*. De fato, como tantos outros, também ele foi obrigado a pagar um pesado tributo às múltiplas servidões do cotidiano tanto as de caráter intelectual quanto aquelas de natureza pessoal. Analisar e tentar explicá-las transcende, em muito, os limites do presente trabalho.⁹

O historiador

a) A objetividade histórica como princípio

Capistrano, na medida em que foi mergulhando nas tarefas arquivísticas e documentais inerentes ao seu trabalho na Biblioteca Nacional, tendeu a distanciar-se daquelas perspectivas *a priori* respeitantes ao curso da história em geral que haviam marcado os seus primeiros arroubos intelectuais. Progressivamente, a realidade e especificidade dos fatos históricos levaram-no a valorizar, cada dia mais, os documentos ou *fontes* de tais fatos. Buscar novos documentos, criticar e publicar, com o necessário rigor exigido pela crítica histórica, antigos e novos textos documentais passou a ser para ele a tarefa primeira do historiador. Na busca que lhe tomou praticamente a vida toda por mais e mais confiáveis documentos, ele beirou talvez as fronteiras do antiquarismo mas soube sempre, através do seu instrumental histórico e filológico, separar o joio do trigo, corrigir, completar, retificar edições tornadas clássicas a partir de sua intervenção erudita. É através de muitos dos seus *Ensaio*s e de uma parte significativa de sua correspondência que se observa o quanto Capistrano valorizou os textos documentais enquanto verdadeiros testemunhos ou provas autênticas dessa realidade sempre perseguida pelo historiador – o passado. Sua preocupação com a documentação é tão forte e permanente que um crítico menos habituado à leitura de suas obras poderá formular a falsa idéia de que se trata de um mero *empirista* apenas angustiado com a persistência inadmissível de verdadeiras *lacunas documentais*.

A verdade, no entanto, é que, no entender de Capistrano, o ser objetivo não consiste em deixar-se escravizar ao conteúdo dos documentos mas, sim, em saber relacioná-los com as visões interpretativas do historiador. Cabe a este indagar, propor questões, encaminhar respostas e soluções.

Ele possuía todas as virtudes do historiador: imaginação, habilidade para a pesquisa, capacidade de selecionar e perceber o significado dos fatos, poder de articulação e generalização, e a sagacidade de perguntar novas questões aos documentos velhos ou novos.¹⁰

b) Necessidade da teoria

Uma das características de Capistrano historiador é a sua sempre presente preocupação com a totalidade histórica. Na medida em que ele foi perdendo a confiança e o entusiasmo juvenis em relação às grandes teorias então em voga, de cunho filosófico e/ ou sociológico, suas preocupações concentraram-se mais e mais no estudo do conjunto de aspectos constitutivos de cada realidade histórica particular, individualizada, periodizando mas não separando o processo histórico em fatias descontínuas, abordando os diferentes aspectos dessa realidade – o econômico, o político, o administrativo, o cultural – nas suas conexões mútuas. O método individualizante que utiliza tende a sublinhar as características próprias de cada período histórico e de cada região.

Introdutor de novos conceitos e objetos de estudo até então esquecidos ou relegados a um plano secundário, como no caso das sesmarias, dos bandeirantes, dos municípios, entre outros, merece destaque sua contribuição para a substituição do conceito de raça pelo de cultura.

Se a História, enquanto passado, é algo real para Capistrano, nem sempre podemos distinguir com nitidez, na sua escrita, a diferença entre ela e o discurso histórico próprio da história disciplina. Tampouco podemos ver com clareza a consciência acerca da subjetividade do historiador. No seu entender, porém, cabe a este último como missão a busca da compreensão total do processo histórico.

A partir dos trabalhos de Capistrano já não seria mais possível pensar-se a história do Brasil à maneira de seus antecessores. Deixando para trás o litoral como *locus* privilegiado da história colonial, ele introduziu nesta última o *sertão* e o traçado dos caminhos antigos ligados ao povoamento do interior. Daí a verdadeira espacialização que introduziu na maneira de se ver a própria história colonial. Para ele, afeito à importância que assumia então a antropogeografia de Ratzel, a conquista do espaço, a ocupação do território

constituíam os fundamentos de uma história centrada nos caminhos que levavam ao sertão. Situa-se certamente aí o interesse que sempre demonstrou pelos aspectos naturais desse sertão – seus elementos fisiográficos, sua cobertura vegetal, sua fauna, e, como não poderia deixar de ser, o índio.

Formado inicialmente no clima da ideologia romântica que historiava a formação brasileira a partir do encontro único das três raças – a branca, a negra e a indígena –, Capistrano não tardou a relativizar a suposta harmonia e colaboração entre elas, ao narrar os inumeráveis conflitos que opuseram portugueses e tribos indígenas, bem como as múltiplas formas de exploração do trabalho negro e indígena. Nessa visão muito pouco idílica das origens da Nação, coube ao *historiador caboclo* (como J.H.Rodrigues o chamou) a tarefa de subverter as concepções então dominantes a respeito das importâncias respectivas do português, do negro e do índio, no processo de colonização e mestiçagem. Contrariando principalmente as idéias de Silvio Romero, Capistrano ousou afirmar a importância primordial do indígena nas origens da formação social brasileira colonial.¹¹

Ao formular à sua maneira quais seriam as exigências básicas que o historiador deveria satisfazer, ele afirma, por diversas vezes, que a primeira delas é o conhecimento do assunto, vindo, a seguir, a familiaridade com a documentação disponível e, a seguir, uma perspectiva geral ou teoria que vem a ser a visão de conjunto (inclusive da época). Compreender os acontecimentos – idéias e ações – constitui a atitude correta do historiador. Mas também é preciso que o historiador não confunda história e ficção, a fim de que não comprometa o seu dever de verdade. Ao contrário da ficção, sempre perigosa, Capistrano encarece a necessidade da imaginação para a escrita da história.

c) Múltiplos diálogos com os contemporâneos e os predecessores

É através da Correspondência de Capistrano,¹² mas, principalmente, através de seus *Ensaios*,¹³ que podemos conhecer e acompanhar boa parte dos debates travados com outros historiadores e escritores em geral. Nesses diálogos, ele usa e abusa da *ironia* como o estilo preferido, principalmente quando se refere aos textos de contemporâneos, tal como se pode verificar nos ensaios intitulados *As farpas*, no volume IV de seus *Ensaios*.

Varnhagen é uma espécie de sombra, ou presença constante que está sempre a ser invocada, denotando a ambigüidade profunda dos sentimentos de Capistrano em relação ao grande historiador que o antecedeu. Anotamos algumas dessas referências, por exemplo, no volume I dos *Ensaios*, bem como no volume IV.¹⁴

Rocha Pita, o precursor, é citado algumas vezes – nos *Ensaio*s III (p.174) e nos *Ensaio*s IV (p. 117), para exemplificar. R. Southey também é lembrado como, por exemplo, nos *Ensaio*s I (p.139).

Bem mais variada, porém, é a série de referências feitas por Capistrano a autores como Joaquim Caetano da Silva, J. M. Pereira da Silva, Mello Moraes, Oliveira Lima, Teixeira de Melo, Mattoso Maia, entre outros, tanto nos *Ensaio*s I como, principalmente, ao longo dos *Ensaio*s IV.¹⁵

ALGUMAS CONCLUSÕES

A escrita da história constitui sempre um difícil trabalho de erudição e síntese. Não lhe interessam caminhos já trilhados mas sim a descoberta e exploração de novos caminhos, sempre em busca da compreensão e da interpretação abrangentes que a mera descrição dos fatos não pode atingir. Toda uma longa discussão se instaurou a partir da decisão tomada por Capistrano de excluir a Inconfidência Mineira dos *Capítulos de História Colonial*, uma querela antiga e persistente, longamente analisada por J.H.Rodrigues.¹⁶ Talvez essa exclusão possa ser entendida como sendo o resultado da recusa de Capistrano em incluir na sua narrativa aspectos meramente simbólicos, sem uma existência real enquanto ações concretas. Talvez... mas pensamos que tal explicação permanece insatisfatória pois não corresponde a diversas manifestações do mesmo historiador, sobretudo em alguns dos seus *Ensaio*s, acerca da importância de manifestações históricas que hoje corresponderiam a aspectos da chamada história das mentalidades.

NOTAS

- ¹ RODRIGUES, José Honório. Um historiador caboclo e sua obra: Capistrano de Abreu. in: *História Combatente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 226-227.
- ² Idem, op.cit., p.228; Idem. História e Ideologias. A década de 1870 a 1880. in: *História, Corpo do Tempo*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 133.
- ³ RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. in: *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1961, p. 37-38; Idem. “Um historiador caboclo e sua obra.” op.cit., p. 228.
- ⁴ WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu. A fase cientificista. in: *A Invenção da História. Estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/UFF, 1994, p.169-216.
- ⁵ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, 1, 1988, p. 28-54.
- ⁶ FALCON, Francisco J. Calazans. “Historicismo: antigas e novas questões.” *Historia Revista*, Goiânia, UFGO, vol. 7, n. ½, 2002, p.23-34; Idem. “Historicismo: a atualidade

- de uma questão aparentemente inatual.” *Tempo*, Niterói, UFF, vol. 2, 1991, p. 5- 26.
- ⁷ RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a Historiografia Brasileira. in: *História e historiadores do Brasil*. op.cit., p. 46.
- ⁸ Idem, ibidem., p.50.
- ⁹ REIS, J.Carlos. Anos 1900. Capistrano de Abreu. in: *As Identidades do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 85-114.
- ¹⁰ RODRIGUES, José Honório. Um historiador caboclo e sua obra. op. cit., p. 230; AMOROSO, Marta R. Capistrano de Abreu e os índios. in: REIS, E., ALMEIDA, M.H.T. e FRY, Peter. (Orgs.) *Política e Cultura*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1996, p. 182-196.
- ¹¹ Idem, História e Ideologia. in: *Historia Corpo do Tempo*. op.cit., p.160-161.
- ¹² ABREU, Capistrano de. *Ensaio*s e Estudos. 1ª Série. 2 ed. Nota liminar de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1975; *Ensaio*s e Estudos. 2ª Série. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1976; *Ensaio*s e Estudos. 3ª Série. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1976; *Ensaio*s e Estudos. 4ª Série. Edição preparada e prefaciada por José Honório Rodrigues Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ¹³ *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: INL, 1954-1956, 3 vols.
- ¹⁴ ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio*s, I, op.cit., p 213-215; *Ensaio*s, IV, op.cit., p. 196, 136, 199, 201; Idem (sobre Rocha Pita), *Ensaio*s, III, op.cit., p. 174; *Ensaio*s, IV, op.cit., p. 117; Idem (sobre Robert Southey), *Ensaio*s, I, op.cit., p . 117.
- ¹⁵ FALCON, Francisco J. Calazans. “As idéias /noções de moderno e nação nos textos de Capistrano de Abreu. Os Ensaios e Estudos, 4ª. série.” *Acervo*, 12, n. 1e 2, Rio de Janeiro, 1999, p. 5-26.
- ¹⁶ RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu e a historiografia Brasileira. in: *História e Historiadores do Brasil*. op.cit. p. 44-46.